

O CORPO E OS MAPAS DA ALTERIDADE

The body and maps of alterity

Christine Greiner

Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP

Resumo: Há muitas bibliografias que têm discutido o tema da alteridade do ponto de vista político e filosófico. Tópicos como racismo, neurodiversidade e gênero têm reverberado amplamente nas discussões acadêmicas e outros fóruns. No entanto, pouco se discute acerca do papel da arte e do corpo nestes debates. Este artigo busca colaborar com este viés, deslocando o debate das práticas discursivas para o corpo em movimento e suas ações performativas.

Palavras-chave: Alteridade; Arte; Corpo.

Abstract: There are many bibliographies that have discussed the theme of alterity from a political and philosophical point of view. Topics such as racism, neurodiversity and gender have reverberated widely in academic discussions and other forums. However, there is little discussion about the role of art and the body in these debates. This article seeks to collaborate with this approach, shifting the debate from the discursive practices to the body in movement and its performative actions.

Keywords: Alterity; Art; Body.

Moringa Artes do Espetáculo, João Pessoa, UFPB, v. 10 n. 2, jun-dez/2019, p. 53 a 64

A alteridade tem sido um dos temas mais discutidos no momento, não apenas no contexto brasileiro, mas também em diferentes fóruns internacionais. Autores como o camaronês Achille Mbembe, a canadense Erin Manning, o espanhol Paul B. Preciado e os americanos Jack Halberstam e Fred Moten são frequentemente citados, além das referências ainda mais conhecidas como as obras de Judith Butler, Michel Foucault e Gilles Deleuze, que se tornaram fontes fundamentais para boa parte dos debates. Entre os pesquisadores brasileiros, a lista de referências cresce a cada dia, apesar do enfraquecimento de recursos para a pesquisa que as universidades públicas e agências de fomento têm enfrentado. Ao que tudo indica, apesar da falta de condição ideal para estudar, este é um tema que deve ser fortalecido, já contando com grandes nomes entre nós como Eduardo Viveiros de Castro, Djamila Ribeiro, Silvio Almeida, Margareth Rago, Peter Pal Pelbart, Suely Rolnik, entre muitos outros.

Na minha pesquisa, além de transitar por estas fontes marcadas por referências voltadas às

chamadas biopolíticas e aos debates em torno da noção de identidade e de lugar de fala, busco investigar os modos como a alteridade aciona diferentes níveis de afecção corporal, inclusive aqueles mais imperceptíveis e nem sempre conscientes. Para tanto, venho trabalhando com diferentes bibliografias, algumas provenientes do campo da neurologia e das ciências cognitivas.

Toda vez que o organismo sofre algum tipo de perturbação sente uma sensação visceral desagradável. Como se trata de uma sensação corporal, o neurologista António Damásio atribuiu a este fenômeno o nome de *estado somático* (*soma* em grego significa corpo). Além disso, ele observou que todo estado corporal “marca” uma imagem ou um fluxo de imagens como uma espécie de cartografia que o cérebro faz o tempo todo mapeando aquilo que acontece no corpo. Assim, Damásio chegou ao *marcador somático* cuja função seria chamar a atenção para o resultado negativo de uma ação, como uma espécie de alarme automático que anuncia um perigo para o organismo. Quando isto

acontece, o corpo pode rejeitar imediatamente a situação desconfortável ou optar por outras alternativas. É importante notar que estes processos nem sempre acontecem conscientemente, por isso, algumas vezes, esses marcadores somáticos não são suficientes para uma tomada de decisão, que pode exigir um raciocínio que ajude a chegar em uma decisão final. Mesmo nestas situações, os marcadores estão sempre presentes como uma ação primordial do corpo que marca uma imagem, detecta a perturbação e aponta caminhos.

Pode-se considerar que a experiência da alteridade, que lida com tudo aquilo que não é o *mesmo*, e sim, um *estado outro*, acionado por algo, alguém, alguma circunstância ou ideia diferente, constitui-se como um dos nossos principais operadores de movimento.

É o próprio Damásio quem explica que o comportamento pessoal e social acontece junto com a constituição de teorias das próprias mentes e das mentes dos outros. “Teoria”, neste contexto,

significa um complexo de leituras que o corpo (incluindo o cérebro, mas sem se restringir a ele) faz de si próprio, dos ambientes e de possíveis compartilhamentos. É ao marcar a imagem da diferença que o corpo se disponibiliza à mudança. Por isso, toda teoria já é, inevitavelmente, uma ação.

Isto se reflete também nos modos como se organizam os três estágios do eu. A primeira fase seria o que Damásio chama de *proto-eu*, um tipo de descrição neural de aspectos estáveis do organismo. O produto principal desses mapeamentos que o cérebro faz do corpo são os sentimentos do corpo vivo, conhecidos como sentimentos primordiais. Na segunda fase há um pulso, através do qual este *proto-eu* é modificado pelas interações do organismo com outros objetos. Estes objetos podem ser literalmente objetos como compreendemos no senso comum (caneta, cadeira, bolsa, celular, etc.) ou qualquer outro signo como pessoa, imagem, ambiente e assim por diante. Há uma sequência narrativa de

imagens que liga esses objetos ao organismo, através de padrões coerentes que se organizam o tempo todo como mapas. Tanto os objetos como o organismo contaminam-se mutuamente e estes mapas neurais constituem uma espécie de representação do modo como o organismo é modificado ao representar objetos, durante o próprio processo de pensar. Na terceira fase, que Damásio chama de *eu autobiográfico*, objetos da biografia de um indivíduo criam novos pulsos ligados, momentaneamente, a um padrão coerente de larga escala. Trata-se de um estado de criação de subjetividade, habilitação para consciência e constituição de memórias, manipuladas pela imaginação e pela razão.

Além destas pesquisas de Damásio, há outros estudos que também identificaram a processualidade do “eu”. Em termos filosóficos, foi Gilbert Simondon quem explicou que ao invés de indivíduos, seríamos todos processos de individuação. Embora tenha trilhado um caminho mais voltado para os estudos da ontogênese dos seres vivos, as suas hipóteses apresentam

similaridades com as pesquisas de Damásio. Segundo Simondon, os antigos gregos conheciam a instabilidade e a estabilidade, o movimento e o repouso, mas não tinham clareza em relação ao que poderia ser chamado de *metaestabilidade*. A seu ver, o estado metaestável seria justamente aquele que admitiria a energia potencial de um sistema e o aumento de entropia. Assim, o processo de individuação seria considerado um sistema metaestável e o indivíduo, mais do que uma unidade ou identidade, poderia ser considerado o fruto de uma ação que ele nomeia como *transdução*. Este tipo de ação *transdutora* acionaria um processo através do qual o ser está sempre defasado de si mesmo e se constitui no coletivo, em relação àquilo que é díspare. Portanto, todo sistema em estado de equilíbrio metaestável pode individuar-se, mas conservará seus potenciais e devires. Nunca será fechado em si mesmo, seguindo sempre descontínuo naquilo que é *outro* (mundo, ambiente, pessoas, objetos, etc.).

Ao invés de identidades *a priori* e de uma noção dicotômica

Moringa Artes do Espetáculo, João Pessoa, UFPB, v. 10 n. 2, jun-dez/2019, p. 53 a 64

de alteridade, a partir de Damásio e Simondon, as noções de eu, indivíduo e identidade tornam-se dinâmicas, porosas, inacabadas e defasadas de um *self* dado *a priori*, e passam a ser relacionadas à necessidade de repensar os coletivos evitando a noção de povo ou massa homogênea.

Um dos autores que se dedicou a este tema foi Paolo Virno. Para discutir a noção de multidão, Virno também usou algumas hipóteses de Simondon e demonstrou como estas romperam com a crença generalizada de que o indivíduo é algo que antecede o coletivo e que, ao estar em grupo, precisa desfazer-se de algumas de suas características individuais, como se no coletivo a identidade se diluísse. Para Virno, assim como para Simondon, seria justamente o contrário. O coletivo não seria algo que atenua ou prejudica a individuação, mas sim, a sua potência. Todo indivíduo preservaria (a despeito de sua vontade) um nível pré-individual, uma espécie de fundo não estruturado que poderia gerar novas individuações. Trata-se,

mais uma vez, do reconhecimento de uma instância metaestável em todo processo de individuação que defasa o indivíduo daquilo que o enclausura.

A partir desta proposta, o indivíduo seria traduzido como uma singularidade individuada, cuja instância do comum o tornaria apto a compartilhar as diferenças. Virno enfatizou o viés político desta discussão, quando escreveu o seu livro *Gramática das Multidões* (2001), entre outras publicações, nas quais indagou como seria possível alimentar a esfera do comum que só existe quando se constitui coletivamente. Para tanto, criou pontes importantes com o pensamento marxista, sobretudo no que se refere às noções de intelecto geral (a dimensão coletiva e social do trabalho intelectual) e de trabalho imaterial (o tipo de trabalho que gera processos e não necessariamente produtos). A partir daí, poderíamos revitalizar um *comum processual*, onde as instâncias do individual e do coletivo apareceriam borradas o tempo todo.

Moringa Artes do Espetáculo, João Pessoa, UFPB, v. 10 n. 2, jun-dez/2019, p. 53 a 64

Gilles Deleuze também fez parte desta discussão, uma vez que foi o primeiro a instaurar uma rica conexão entre Simondon e Baruch Spinoza, formulando a partir daí a noção de *singularidade*, que inspirou autores como Antonio Negri e Michael Hardt a conceber a diferença entre povo e multidão. De acordo com Negri e Hardt, a multidão seria um coletivo de singularidades e não uma massa homogênea, marcada por uma identidade pré-concebida a partir de parâmetros como nacionalidade, território e sangue.

A vida singular ou “uma vida”, como Deleuze formulou em seu último texto (ver bibliografia), seria marcada por uma especificidade vaga, em devir, nunca acabada em si mesma. Entre o murmúrio do recém-nascido e o daquele que está à beira da morte, a linguagem perderia a sua onipresença para uma textualidade corpórea que sempre existiu, mas, nestes estados limítrofes, parecia ganhar mais visibilidade.

Embora o modo de conceituar e gerar terminologias não seja o mesmo entre todos

estes autores, há uma instância de inacabamento que marca a leitura do que se constitui como “eu” a partir dos corpos e dos ambientes. Uma espécie de precariedade da vida que não tende, necessariamente, à finitude, mas, antes de tudo, à coletivização.

O pesquisador Brian Massumi destaca que esta transindividualidade (uma instância coletiva tácita) está presente em todos os âmbitos, inclusive na esfera da economia. A sua leitura de certa forma contradiz a opinião generalizada que tem identificado com mais ênfase as atitudes narcísicas e os processos imunitários que enfraquecem a vida comunitária, fortalecendo a competitividade e todas as consequências nefastas que surgem a partir das tentativas de melhorar a empregabilidade, mesmo entre aqueles que supostamente não deveriam ser subservientes a estes dispositivos de poder, como é o caso dos artistas.

Na contramão destas análises, Massumi identifica um plano de imanência, onde sistema econômico e sujeitos estariam

reunidos em um estado funcional de indistinção entre o momento em que a ação começa e aquilo que está por vir. Ele observa o que chamará de *ontopoder*, que seria “o poder do devir” e “o poder de criação”. Neste momento de *transdução*, para usar o termo de Simondon, o individual e o transindividual andariam juntos, constituindo pontes inevitáveis entre redes de afetos e racionalidades.

Deste ponto de vista, haveria todo um processo para alimentar os sistemas econômicos que não envolve necessariamente decisões conscientes. O nível não consciente poderia ser considerado também não pessoal (e sim transindividual). Por isso a noção de *self* seria melhor definida como um *movimento* do que como uma *substância*. O fluxo de imagens migraria para dentro e para fora do corpo, o que faria das decisões algo que ocorre *através* de nós e não *em* nós.

É importante notar que Virno, Massumi, Simondon, Damásio e Deleuze se referem à constituição do indivíduo ou do “eu”

sempre em uma instância necessariamente coletiva e descontínua, mas isto não exige os sujeitos de suas responsabilidades, como poderia parecer à primeira vista. Trata-se apenas do reconhecimento de que não há um controle absoluto e nem uma condição de individualização soberana. Massumi chega a sugerir o termo “dividualismo” que marcará, especialmente, as ações de microeconomia. É nesta instância do micro que os processos de percepção se tornam cada vez mais significativos. Isso porque a política do dividualismo lida mais com as intensidades do que com a satisfação, criando escalas de cruzamento de sensibilidades. As escolhas nunca são completamente individuais, mas em rede. Massumi arrisca dizer que o controle do indivíduo *surfa em fluxos*.

Não pretendo me estender na análise das hipóteses de todos estes autores, mas sim chamar a atenção para uma questão que assombra o debate: se existe uma disponibilização orgânica para tudo aquilo que não é o mesmo, e se a

Moringa Artes do Espetáculo, João Pessoa, UFPB, v. 10 n. 2, jun-dez/2019, p. 53 a 64

própria noção de “indivíduo” se constitui a partir de uma rede de relações, o que tem atravancado o fluxo, até mesmo no que se refere a alguns processos de criação artística?

Se voltarmos para Damásio e Simondon, podemos notar que, cognitivamente, admitiu-se que o organismo nunca deveria ser visto como uma unidade substantiva, cuja identidade seria dada *a priori*. Também foi assumido que a noção de indivíduo é fásica, descontínua e descentrada, havendo, em todas estas constatações, o reconhecimento de uma instância coletiva no individual e de uma singularidade metaestável mais do que uma identidade estabelecida *a priori*.

No entanto, a dinâmica do uso do corpo suscita outras questões. Haveria, por vezes, uma continuidade e uma zona de indistinção entre o corpo de quem tem poder e daquele que não tem. Esta conexão nada produz. O uso do outro não se configura como uma percepção da diferença que habilita uma mudança. Se as individualidades são fásicas e contam com uma pré-

individualidade de devires, neste caso, a relação de poder usa a vida do outro como utensílio indistinto da sua própria vida. O escravo sequer pode ser reconhecido como um objeto autônomo. Ele representa uma mediação acionada pelo mestre que o inclui em sua vida, apenas para excluí-lo. Assim, o que poderia ser a diferença mobilizadora de novos modos de individuação ou um pulso para narrativas proto e autobiográficas, traduz-se como um mecanismo de desabilitação para a vida. Ao invés de seguir os mapas cartografados pelos marcadores somáticos e a geração de diversidade, nota-se uma marcação de territórios para defender a vida própria, imunizando-a de seus antígenos estrangeiros. Trata-se de uma tentativa de privatizar e estabilizar os processos de normalização, eliminando tudo aquilo que poderia representar qualquer tipo de diferença e exterioridade.

É neste sentido que outro filósofo italiano, Roberto Esposito, dirá que a imunidade é um dos principais paradigmas que enfrentamos hoje. Em seu livro *Immunitas* (2011), o “outro” seria

Moringa Artes do Espetáculo, João Pessoa, UFPB, v. 10 n. 2, jun-dez/2019, p. 53 a 64

apenas uma dose pequena de veneno internalizada para nos imunizar do coletivo, seguindo a lógica da vacina que inclui para excluir.

E qual seria o papel da arte?

Quando escrevi o livro *Fabulações do corpo japonês e seus microativismos* (2017), comecei a desenvolver a hipótese de que aquilo que diferencia as experiências artísticas dos outros debates em torno da biopolítica é que a ação dos marcadores somáticos se torna a ação primária da criação e desestabiliza a relação *um e outro*, porque nem um, nem outro são dados *a priori*. São processuais, metaestáveis, dinâmicos e sistêmicos. A arte se alimenta da diferença e nunca tenta bani-la, pois precisa da desestabilização para criar.

É claro que existem circunstâncias em que também a arte é capturada por dispositivos de poder. Assim, como observa Pascal Gielen (2015), artistas do mundo todo correm o risco de serem impactados pela lógica neoliberal. Isto tem sido sentido

sobretudo na diferença temporal entre estratégias criativas de entretenimento e os processos de criação. Ao comprometer o tempo da criação, a arte se transforma em mera exibição. Além disso, arrisco dizer que há também um outro problema: as estratégias criativas (que não se constituem como processos de criação) lidam com o mesmo e não com aquilo que poderia desestabilizar padrões vigentes (certezas, movimentos, narrativas e assim por diante). Por isso, a questão da alteridade, do como lidar com a diferença, não é algo dado, nem mesmo nos processos de criação artística. Há uma aptidão para lidar de forma diferenciada com as singularidades da vida, mas isto não significa que aconteça de maneira inevitável.

Talvez seja esta a encruzilhada a ser enfrentada, não apenas pelos artistas, mas por todas as atividades que lidam com produção de conhecimento. Como seguir acreditando e acionando os processos de mudança?

Brian Massumi (2014) afirma que faz parte do neoliberalismo um certo tipo de movimento que morre

Moringa Artes do Espetáculo, João Pessoa, UFPB, v. 10 n. 2, jun-dez/2019, p. 53 a 64

do seu próprio sucesso. Por isso, o sucesso micropolítico é, muitas vezes, a falha macropolítica e isso pede, necessariamente, pela reinvenção de coletivos. Se os processos imunitários prejudicam as alianças, por outro lado, há uma dimensão estética da vida que insiste, produzindo uma rede de possibilidades.

Talvez possamos pensar o mesmo em relação à arte. Vigora uma macroprodução artística, coerente com as expectativas do mercado e com tudo aquilo que já é familiar e propenso a uma boa receptividade.

Mas, simultaneamente, há uma microprodução artística, suscetível às desestabilizações, ao risco e a tudo aquilo que tende a ser visto como falha -- nem um nem outro, mas a negação desta mesma dicotomia.

Neste sentido, fica claro que as manifestações políticas que instauram, por exemplo, o confronto corporal nas ruas, não são similares aos processos de criação artística. A diferença está, justamente, no modo de compreender a alteridade. No caso dos protestos, a dicotomia e as

identidades dadas *a priori* são o ponto de partida que, por sua vez, acaba gerando a negação ou exclusão do outro, como se a única possibilidade de sobreviver fosse aderir à lógica da imunização. No entanto, os processos de criação artística (referentes à microprodução) são alimentados pela alteridade, no sentido de fortalecer a aptidão para desestabilizar a dicotomia e acionar a crise sistêmica que os constitui. Não se trata de um ou outro, mas de explicitar a descontinuidade e alimentar a transindividualidade que não gera uma identidade estagnada. Em 2015, eu e Helena Katz organizamos uma coletânea de ensaios intitulada *Arte e Cognição* que reuniu pesquisas de diversos artistas/pesquisadores do Brasil. Os debates giravam em torno da noção de corpomídia e de como, em contextos culturais distintos, emergem singularidades para testar experiências de dança, de teatro, metodologias pedagógicas e acionamentos políticos.

A criação artística não tem o compromisso de promover mudanças sociais ou políticas. Mas, ao dar visibilidade aos

estados de crise, explicita questões nem sempre visíveis na vida cotidiana. Assim, instauram-se conexões que podem desestabilizar hábitos e crenças e apontar possibilidades. É neste sentido que o estado de alteridade pode se traduzir como um estado de criação – um ativismo absolutamente fundamental sobretudo nos ambientes mais acometidos pela lógica neoliberal que se nutre do desinteresse pelas singularidades.

Recebido em: 01/08/2019

Aceito em 21/08/2019

Referências Bibliográficas

DAMÁSIO, António. **O mistério da Consciência, do corpo e das emoções ao conhecimento de sim**, trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DELEUZE, Gilles. “L'immanence: une vie...”. **Philosophie**, n. 47, 1995.

ESPOSITO, Roberto. **Immunitas, the Protection and Negation of**

Life, trad. Timothy Campbell. New York: Polity, 2011.

GIELEN, Pascal. **Criatividade e Outros Fundamentalismos**, trad. Sharine Mello. São Paulo: ed. Annablume, 2015.

GREINER, Christine. **Fabulações do Corpo Japonês e seus microativismos**. São Paulo: Ed. n-1, 2017.

KATZ, Helena e GREINER, Christine (orgs). **Arte e Cognição**. São Paulo: ed. Annablume, 2015.

MASSUMI, Brian. **The power at the end of the economy**. Durham: Duke University Press, 2014.

NEGRI, Antonio e HARDT, Michael. **Multidão, Guerra e Democracia na era do Império**, trad. Clovis Marques. Rio de Janeiro: ed. Record, 2005.

SIMONDON, Gilbert. **L'individuation psychique et collective**. Paris: Aubier, 1989.

VIRNO, Paolo. **Gramática das Multidões, para uma análise das formas de vida contemporâneas**, trad. Leonardo Palma. São Paulo: ed. Annablume, 2001).

Moringa Artes do Espetáculo, João Pessoa, UFPB, v. 10 n. 2, jun-dez/2019, p. 53 a 64

moringa
artes do espetáculo